PPDH/NEPP-DH/UFRJ
Rio de Janeiro, Brasil
ISSN: 2526-5229

V. 7, n. 7.1, 2026



ARTIGO *ARTICLE*

Resistência política das mulheres latino-americanas: da Operação Condor ao declínio hegemônico

Political resistance of Latin American women: from Operation Condor to hegemonic decline

Resistencia política de las mujeres latinoamericanas: de la Operación Condor al declive hegemónico

▪ Patricia S. Rivero[1]
e-mail: pathriv@gmail.com

▪ Victoria Grabois[2]
e-mail: vlgrabois@gmail.com

O esquecimento está tão cheio de memória/que às vezes
não cabem as lembranças/e rancores precisam ser jogados
pela borda/ no fundo o esquecimento é um grande simulacro/
ninguém sabe nem pode / ainda que queira / esquecer."
Mario Benedetti, Esse Grande Simulacro[3]

Palavras-chave: resistência política; mulheres latinos-americanas; Operação Condor; hegemonia; democracia.

Keywords: *political resistance; Latin American women; Operation Condor; hegemony; democracy.*

Palabras clave: *resistencia política; mujeres latinoamericanas; Operación Cóndor; hegemonía; democracia.*

Resumo

Este artigo analisa a resistência política das mulheres latino-americanas a partir de uma perspectiva histórica e feminista, articulando as experiências das ditaduras militares do Cone Sul ao contexto contemporâneo de crise hegemônica. Examina-se o impacto da Operação Condor sobre os corpos, as trajetórias políticas e as formas de organização das mulheres, evidenciando repressão, violência de gênero e silenciamento. Com base em análise bibliográfica, documental e relatos testemunhais, o estudo destaca o papel central das mulheres nas lutas contra o terrorismo de Estado e por memória, verdade e justiça, bem como as tensões na atual conjuntura. Argumenta-se que essas experiências contribuem para compreender os limites estruturais das democracias latino-americanas e a reemergência de autoritarismos e fascismos no presente.

[1] Graduação em Sociologia e Pesquisadora na Área de Gênero (UDELAR, 1990-1996), Mestrado e Doutorado em Sociologia com pesquisa sobre desigualdades no mercado de trabalho (IUPERJ 1994-2000, Brasil), Pós-doutorado Université de Bourgogne (França, 2006) e Johns Hopkins University (USA, 2022) temas desigualdades, inovação e política global, Professora Associada do Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH/PPDH/UFRJ 2009-atual).

[2] Pesquisadora CFCH/UFRJ (2001-2010), Professora Aposentada, Membro da Diretoria do Colegiado do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro - GTNM-RJ

[3] BENEDETTI, Mário. (1920-2009). Poema "Esse grande simulacro/Ese gran simulacro". [tradução Dalila Teles Veras]. publicado 'A Cigarra' – revista literária, Santo André|SP, n. 35, junho 2000.

Abstract

This article analyzes the political resistance of Latin American women from a historical and feminist perspective, linking the experiences of the Southern Cone military dictatorships to the contemporary context of hegemonic crisis. It examines the impact of Operation Condor on women's bodies, political trajectories, and forms of organization, highlighting repression, gender-based violence, and silencing. Based on bibliographic and documentary analysis as well as testimonial accounts, the study emphasizes the central role of women in struggles against state terrorism and in the fight for memory, truth, and justice, as well as the tensions present in the current political conjuncture. It argues that these experiences contribute to understanding the structural limits of Latin American democracies and the re-emergence of authoritarianisms and fascisms in the present.

Introdução

Os ataques sofridos pelas mulheres e por suas diversas formas de organização e luta política intensificaram-se nos últimos anos. Vindos do Norte Global e reproduzidos em diferentes países da América Latina, esses ataques refletem um contexto marcado pelo avanço do reacionarismo, do autoritarismo e de retrocessos democráticos. As investidas contemporâneas contra os direitos das mulheres, frequentemente articuladas a discursos sexistas, racistas e xenófobos, revelam uma conjuntura de aprofundamento das desigualdades e da violência política.

No entanto, tais processos não são exclusivos da atualidade. A história latino-americana registra diversos momentos de repressão, violência política e perseguição contra aqueles e aquelas que lutaram por estruturas sociais mais justas e igualitárias. Durante as ditaduras militares do Cone Sul, os corpos e as organizações políticas das mulheres foram alvos centrais de estratégias repressivas articuladas nacional e internacionalmente, em oposição a projetos autoritários, saqueadores e violentos.

Com os processos de redemocratização, tornou-se mais visível uma literatura feminista que resgata a participação das mulheres nas resistências às ditaduras e nos processos de emancipação política na região. Apesar dos apagamentos históricos, essas produções evidenciam o papel central das mulheres na organização política, na denúncia das violências de Estado e na construção de alternativas democráticas. A memória dessas experiências constitui um elemento fundamental para compreender os limites e os desafios das democracias latino-americanas.

Sustentamos, neste artigo, que manter viva a memória dos acontecimentos ocorridos durante as ditaduras militares e no contexto da Operação Condor é essencial para dimensionar os perigos das articulações repressivas hegemônicas, tanto no passado quanto no presente. O resgate de algumas dessas experiências neste artigo, tenta contribuir para pensar estratégias contemporâneas de resistência frente à reemergência de autoritarismos e fascismos, sempre latentes nas formações políticas da região.

Apesar dos avanços participativos e distributivos obtidos durante governos demo-

críticos e de esquerda, a América Latina continua marcada por profundas desigualdades estruturais. Inserida de forma subordinada no sistema-mundo capitalista global, a região articula forças internas e externas que produzem retrocessos políticos e entraves sociais. Eventos recentes, como a tentativa de golpe no Brasil em 8 de janeiro de 2023, evidenciam que as lutas pela democratização permanecem abertas e que os aprendizados históricos das resistências populares seguem sendo centrais.

Este artigo articula as noções de centro-periferia da teoria sistema-mundo do Immanuel Wallerstein, para interpretar o momento de declínio e crise de hegemonia através das interpretações gramscianas e da teoria crítica. A partir de fragmentos resgatados do passado autoritário latino-americano, prioriza-se a lente da teoria crítica feminista citando diversas autoras do campo da filosofia e ciências sociais na perspectiva internacional e latino-americana.

A teoria orienta a análise empírica de documentos, casos e legislação citada. Mas também organiza a interpretação dos fragmentos de relatos autobiográficos produzidos por algumas mulheres protagonistas da resistência às ditaduras no Cone Sul. Assim argumentamos que suas trajetórias são centrais para compreender as dinâmicas de poder e a violência estatal do passado e do presente. Defendemos que as experiências de luta por elas refletidas oferecem chaves analíticas fundamentais para repensar os direitos humanos sob uma perspectiva de gênero, conectando o passado autoritário aos desafios democráticos atuais.

Mulheres e luta política: o privado que sempre foi público

A participação das mulheres nas lutas políticas é frequentemente apagada, e suas formas de organização, criminalizadas ou culpabilizadas. O caso das mobilizações do movimento #EleNão em oposição ao candidato da extrema-direita no Brasil em 2018 foi um exemplo claro disto, apesar do seu apagamento discursivo (Silva, 2021). Também as mobilizações de mulheres camponesas em apoio a Dilma quando avançava o reacionarismo, e a presença massiva e corajosa em Brasília do movimento das mulheres indígenas durante a pandemia e o governo do Bolsonaro. Entendendo que o feminismo é definido como as "lutas coletivas das mulheres contra o sexismo, contra as condições de aversão e inferiorização" (Bandeira e Melo, 2010; p. 8), essas mobilizações juntaram as pautas de gênero, de enfrentamento aos fascismos (Texeira da Silva, 2006) e pelo desenvolvimento sustentável, defesa da vida e da natureza (Celiberti, 2019).

Tanto os movimentos como as análises teóricas relacionam a exploração da domesticidade e o corpo das mulheres com a reprodução do capital, principalmente na periferia do capitalismo (Fraser e Jeaggi, 2018; Wallerstein, 2001). A política, como lugar público de domínio do discurso e exercício do poder restrito a sujeitos masculinizados, é questionada nas lutas das mulheres por direitos civis, políticos, sociais e econômicos. Elas demonstram a intersecção entre o público e o privado, entre o conflito e o consenso e entre os afetos e a racionalidade, numa junção virtuosa. Estabelecem críticas substantivas ao modelo dicotômico da democracia liberal, destacando o caráter conflitivo e agonístico

da democracia e incorporando as dimensões de afetividade e contradição (Mouffe, 2007).

Assim, a relação corpo e política expressa na Ágora pública da assembleia, pela mobilização de rua, e em ações de subversão onde o próprio corpo pode ser usado como expressão contra-hegemônica, hibridizam e democratizam os espaços públicos (Butler, 2018). Manifestações recentes de mulheres no Chile, Brasil, Argentina e Uruguai, conclamando os direitos reprodutivos, contra as violências de gênero, contra as investidas do reacionarismo do fundamentalismo cristão ou dos valores fascistas de grupos que se apropriam do estado, têm chamado a atenção pelas suas formas e conteúdos éticos e estéticos. Estes colocam a performatividade do corpo das mulheres nos espaços públicos e virtuais como a performance do grupo Las Thesis iniciado no Chile e que se internacionalizou[4]. Evidenciam a continuidade e emergência da afetividade política e corporalidade do feminino estetizado, questionando as raízes do patriarcado e do capitalismo simultaneamente, assim como ações antidemocráticas violentas e ilegais promovidas por aparelhos estatais, paraestatais, grupos ou indivíduos sexistas e misóginos (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019). A sociabilidade da diversidade étnica latino-americana nos ensina que "não existe o monopólio da política pelo espaço público e suas atividades", senão que "o espaço doméstico é dotado de politicidade" (Segato, 2012, p. 122).

Lutas políticas das mulheres na relação centro-periferia latino-americana

Desde inícios do século XX, as mulheres latino-americanas participam nas lutas políticas. São protagonistas em movimentos sufragistas, em partidos anarquistas, socialistas e comunistas, nos movimentos sindicais, camponeses, negros, indígenas e em alguns processos revolucionários (Bandeira e Mello, 2010). Nestes, como no caso da revolução mexicana entre 1910 e 1920, houve personagens épicas como a Coronela Amélia Robles que participou travestida de homem no exército do Emiliano Zapata.[5] O primeiro voto feminino num plebiscito para integrar três municípios no Uruguai em 1927, foi 11 anos antes de ser aprovado o voto feminino no país.[6] A protagonista era uma cidadã transfronteiriça, chamada Rita Ribeira, imigrante afrobrasileira de 90 anos.

A maioria dos países da América Latina obteve o voto feminino entre os anos 1920 e 1940, e a maioria dos países europeus continentais como Espanha, Francia e Itália o obtiveram entre os anos 1930 e 1950, e Portugal só em 1971. Essas conquistas mostram um legado de acúmulos, avanços e retrocessos, que o conflito é constitutivo das sociedades humanas, o antagonismo inerente à dinâmica das lutas políticas e ajudam a distinguir o político da política (Mouffe, 2007).

---

[4] Las Thesis, grupo feminista chileno, criou a performance intitulada "El violador eres tu", reproduzida em diversas capitais do mundo entre 2019 e 2021, com base na produção teórica da antropóloga feminista Rita Laura Segato e denunciando a violência sexual, estatal e paraestatal latino-americana.

[5] MÉXICO. Gobierno de México. Mujeres destacadas en la Revolución Mexicana. Disponível em: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/822027/Mujeres_destacadas_en_la_Revoluci_n_Mexicana.pdf. Acesso em: 12 fev. 2026.

[6] URUGUAI. Corte Electoral. Creación y evolución histórica (seção "Voto de la mujer"). Disponível em: https://www.gub.uy/corte-electoral/institucional/creacion-evolucion-historica#:~:text=Voto%20de%20la%20mujer,1938%2C%20en%20las%20elecciones%20nacionales. Acesso em: 06 fev. 2026.

Artigo *Article*

Nos anos 60, os movimentos pelos direitos civis e antibélicos nos Estados Unidos, e a resistência política anticolonial nos países periféricos influenciaram o pensamento feminista negro latino-americano (González, 2021). O feminismo de Simone de Beauvoir e o movimento de Maio na França em 1968, tiveram grande repercussão na intelectualidade e nos movimentos estudantis, operários e feministas dos países latino-americanos, colocando a luta pela igualdade dos direitos entre os gêneros junto da luta de classes, e redefinindo a concepção política do poder (Celiberti, 2015; Moraes, 2012). No final dos 80, movimentos de mulheres latino-americanas, acadêmicas feministas e militantes de grupos políticos que lutaram contra as opressões das ditaduras militares, levaram a público suas histórias. Estas elaboraram uma reflexão sobre a resistência política em tempos de autoritarismo, fascismos e violência de Estado. Jelin (2002) no seu trabalho sobre memória durante a época da ditadura na Argentina, pontua que:

> "prisioneiras mulheres jovens grávidas, parindo em condições de detenção clandestina, para depois desaparecer. Aa imagem se acompanha com a incógnita sobre o paradeiro das crianças sequestradas, roubadas e/ou entregues, a quem depois se lhes dará identidades falsas. De novo, do outro lado estão os machos militares." [...] "Os símbolos da dor e o sofrimento personalizados tendem a corporizar-se nas mulheres, enquanto os mecanismos institucionais parecem 'pertencer' aos homes." (Jelin, 2002, p. 99, tradução nossa)

Jelin (2002) analisa com uma visão de gênero as condições de sofrimento das mulheres nas prisões da ditadura, tendo os seus filhos sequestrados e seus corpos torturados e violados pelos "machos militares". Moraes (2012) chama a atenção para as rupturas nos papéis de gênero exigidas pelas experiências de resistência e repressão das mulheres encarceradas.

Nesse sentido, no Uruguai, a ex-presa política e intelectual Lilian Celiberti, fundadora do coletivo Cotidiano Mujer, em 1985, é pioneira na elaboração dessa reflexão. A sua obra intitulada Mi habitación, mi celda (1990), é considerada "uma referência ineludível para analisar o lugar do cárcere no processo de reflexão sobre a condição de gênero" (De Giorgi, 2019). Essa autobiografia é também central para a compreensão dos mecanismos e efeitos do terrorismo de Estado da Operação Condor desde a perspectiva de gênero.

No Brasil, foi fundamental para a ação política de resistência e produção intelectual latino-americana e afro-indígena e feminista, o pensamento de Lélia Gonzalez (1935-94). Sua elaboração teórico-prática como filósofa e fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU) é imprescindível para compreender o "contexto das lutas contra a ditadura militar e pela democratização do Brasil", assim como a importância do seu pensamento "na formação de partidos de oposição ao regime militar" (Rios; Lima, 2021, p. 341). Lélia quebra a versão de que só as feministas brancas enfrentaram as ditaduras e introduz a expressão "feminismo negro" e a categoria amefricanidade. Depois Rita L. Segato, citando Lélia, propõe a expressão amefricajuvenifemigenocidio, nomeando as diversas formas de opressão, discriminação e violência exercida pelos donos do poder no corpo das mulheres, crianças e jovens na América Latina (Segato, 2016)..

As lutas dos movimentos de mulheres na América Latina são uma articulação

de várias posições centrais ocupadas por estas em diversos espaços políticos (Mouffe, 1999). Pela relação geopolítica com o centro de poder hegemônico localizado nos Estados Unidos e pelas capacidades de contestação específicas (Federici, 2020), estas articulam a participação em organizações sociais e feministas à defesa dos direitos humanos. As trajetórias específicas de resistência de mulheres na época das ditaduras no Cone Sul nos ajudam a compreender a dimensão do conflito no enfrentamento aos agentes repressivos articulados internacionalmente, como no caso da Operação Condor.

Da Operação Condor à crise hegemônica atual

Para contextualizar as lutas políticas de resistência e o papel das mulheres na América Latina entre os anos 60 e 80, em contraposição à ação política intervencionista da nação hegemônica dos Estados Unidos, devemos abordar alguns aspectos da Operação Condor. Como consta em registros da Comissão da Verdade, a Operação Condor, formalizada numa reunião secreta em Santiago do Chile em 1975, consistiu numa aliança entre as ditaduras instaladas nos países do Cone Sul na década de 1970 — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai — para a realização de atividades coordenadas, de forma clandestina e à margem da lei, com o objetivo de vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer militantes políticos que faziam oposição, armada ou não, aos regimes militares da região (BRASIL, 2014). Estudos acadêmicos mostram que a Operação teve várias fases, e seu início data dos 60, quando a ditadura brasileira teve papel central na articulação (McSherry, 1999). Trazida a público em 1992 com a descoberta em Paraguai dos Arquivos do Horror, o objetivo explícito foi acabar com movimentos e militantes de esquerda na época, apoiado na retórica de combate ao "comunismo" e "terrorismo" (BRASIL, 2014; p. 221).

A articulação de serviços de inteligência militares com o apoio e treinamento dos Estados Unidos, ofereceu recursos organizacionais, financeiros e tecnológicos sofisticados. As ações transfronteiriças seletivas parar exterminar militantes de partidos políticos de esquerda e exilados políticos, acionaram "organizações criminosas e extremistas, como grupos neofascistas da Itália, para realizar suas operações e assassinatos", nas quais o envolvimento dos EUA foi central, significando "uma variante na estratégia global para impor uma ordem política específica" (Stanley, 2006, 270, tradução nossa).

Baseada na Doutrina da Segurança Nacional (DSN), a Operação Condor foi "parte de uma estratégia anticomunista mais ampla, inspirada pelos EUA e, mais recentemente, antiterrorista, que abrange o período desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o presente" (Stanley, 2006, p. 269, tradução nossa). Lembremos que o extermínio fundamentado em argumentos de combate às insurreições, à "subversão" e ao "comunismo", estavam dentre os conceitos pilares dos valores fascistas estadunidenses na época do Macartismo (Adorno, 2019) e perduram até hoje (Stanley, 2018).

Neste sentido, pode-se afirmar que todo fascismo é sempre definido no seu contexto histórico e geopolítico específico, e que é possível referir-se a diversos fascismos (Texeira da Silva, 2006). No entanto, aderimos à definição mais geral de fascismo do

Adorno (2019), compreendido como ideologia, ou seja, como um "conjunto de valores e atitudes, referidas à política, economia, religião e grupos de minorias" que se manifesta nos indivíduos, mas que "são resultado tanto de processos históricos como de eventos sociais contemporâneos" (Adorno, 2019, p. 73). Essa ideologia só se consolida na prática, dentro do que Adorno chamou de "clima de opinião da época", através da propaganda antidemocrática. Porém, essa propaganda e disseminação de valores fascistas, está estreitamente vinculada ao desenvolvimento da técnica e da indústria cultural na modernidade capitalista. Dentre esses valores, alguns podem ser facilmente relacionados com nossa análise, tais como: atitude submissa a autoridade e prática agressiva e autoritária que despreza o que é humano, uma preocupação exagerada com a sexualidade junto de valores de identificação com o poder e sua aplicação dura através da força. Estes são facilmente identificáveis nas práticas dos militares na época das ditaduras e nas doutrinas repressivas da Operação Condor. Mas também em discursos autoritários de líderes populistas de extrema direita atuais, como no caso do Trump nos Estados Unidos (Stanley, 2018).

As ações intervencionistas nas periferias do sistema-mundo e na América Latina, hoje consideradas sintomas do declínio da hegemonia dos Estados Unidos (Wallerstein, 2003), continuam sustentadas em doutrinas de guerra e eliminação de inimigos, explícitas no Projeto 2025 do segundo governo Trump.[7] No contexto da Operação Condor, como também recentemente, na tentativa dos Estados Unidos de articular com as forças antidemocráticas locais para atacar governos, partidos e movimentos de resistência popular progressista, assistimos à reemergência de valores fascistas.

Passado o período das ditaduras, perante o avanço dos governos democráticos progressistas e de esquerda (entre final dos 90 até 2015) na região, vai construindo-se uma reação baseada na política de extermínio dos inimigos, do "nós contra eles" explícita desde o primeiro governo Trump (Stanley, 2018). Se instala assim o antagonismo político entre partes inimigas que não compartilham nenhum ponto em comum, configurando uma situação antidemocrática:

> "O perigo reside no fato de que o confronto democrático será então substituído por um confronto entre formas essencialistas de identificação ou valores morais inegociáveis... observa-se um crescimento de outros tipos de identidades coletivas, em torno de formas de identificação nacionalista, religiosa ou étnica." (Mouffe, 2007; p. 37).

Essa situação é definida como crise de hegemonia, manifesta em *fenômenos mórbidos* que aprofundam ódios e polarização, impossibilitando a construção de um novo bloco *hegemônico* que estabilize a dominação legítima (Gramsci, 2011).

> "Se a classe dominante perdeu o consenso, isto é, não é mais "dirigente", mas apenas "dominante", detentora da pura força coercitiva, isto significa precisamente que as grandes massas se afastaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que acreditavam antes etc. A crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos mórbidos mais variados. (GRAMSCI, 2011, p. 184).

[7] US. National Security Strategy 2025. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf Acesso em: 06 fev. 2026.

Nesta situação, também descrita como crise de hegemonia por Fraser (2020), na política do *neoliberalismo reacionário* predomina uma "visão excludente de uma ordem de status justa: etnonacional, anti-imigrante e pró-cristã, se não abertamente racista, patriarcal e homofóbica" (Fraser 2020, p. 43). Esta se evidencia na política internacional do país hegemônico manifesta no Cone Sul, onde líderes e movimentos de extrema direita acedem ao poder, e corroem as democracias às vezes apoiados por militares saudosistas das ditaduras, como no caso do Bolsonaro no Brasil (Teixeira da Silva e Cazetta, 2024).

Nesse contexto, as mulheres enfrentam as violências políticas que agudizam a violência de gênero, expandem a guerra e a militarização, tentando subordinar de forma brutal tudo o que é feminizado (Segato, 2012). O caso do assassinato da Vereadora Marielle Franco é um exemplo contemporâneo destas violências exercida contra o corpo de mulheres negras, lésbicas, periféricas e de esquerda (Perez e Rivero, 2019).

Em contraposição às violências radicalizadas a partir das crises hegemônicas, a mobilização das mulheres latino-americanas, seja nas lutas políticas dos anos 70 (Moraes, 2012), como nas resistências atuais, enfrentam o autoritarismo e os fascismos (Adorno, 2019; Texeira da Silva, 2006) e o modelo de desenvolvimento do capital baseado no extrativismo de recursos naturais e no agronegócio (Federici, 2020; Celiberti, 2019).

As ações de resistência feminista combinam a superposição do direito de expressão, de reunião, de manifestação e de circulação (Butler, 2018), se opondo aos avanços dos fascismos e autoritarismos hoje potencializado em escala global (Fraser, 2020). Trazer à tona as experiências, reflexões de teóricas e personagens políticas feministas que colocam em questão os processos históricos transnacionais de dominação e violência, é central para conectar o passado recente aos processos atuais de reemergência dos valores fascistas.

O Sul pelo Sul: personagens e movimentos da luta política feminista

No contexto das ditaduras como também hoje, é ressignificada a noção de direitos humanos. Nos países do Cone Sul está vinculada às lutas dos movimentos populares e das mulheres inseridas em organizações de direitos humanos como as de Madres y Abuelas de Plaza de Mayo na Argentina, de Familiares de Detenidos y Desaparecidos no Uruguai e o Grupo Tortura Nunca Mais no Brasil.

De Giorgi (2019) assinala que América Latina produziu "outros saberes", e os "os relatos testemunhais das mulheres vítimas dos terrorismos de Estado permitiram visualizar a violência institucional contra as mulheres que em alguns casos "se transformou em uma forma de fazer autoconsciência." (De Georgi, 2019, p. 143, tradução nossa). Essas vivências aparecem publicamente no retorno das presas políticas do exílio, e na saída das prisões, e a partir de denúncias a órgãos internacionais sobre delitos de lesa humanidade.

No caso do Uruguai, Lilian Celiberti condensa essas lutas. A professora uruguaia, militante de esquerda[8], foi sequestrada junto de seus dois filhos pequenos e o seu marido,

[8] Optamos por não nomear os partidos, já que houve uma grande diversidade de partidos de esquerda cujas militantes enfrentaram a repressão das ditaduras militares no Cone Sul.

em 1978 em Porto Alegre, Brasil. Tratava-se de uma ação conjunta do exército do Uruguai e o Departamento de Ordem Político e Social (DOPS) do Brasil na Operação Condor. Como o expressa Lilian, "a desaparição era o principal inimigo contra o qual havia que lutar. [...] se éramos detidas ilegalmente no Brasil, era fácil nos fazer desaparecer" (Celiberti; Garrido, 1990, p. 16, tradução nossa). O relato está atravessado pela preocupação com os filhos, dos quais foi separada durante o sequestro, antes de ser presa no cárcere feminina de Punta Rieles em Montevidéu. Os responsáveis, foram processados e condenados a prisão em 2021, por delitos de lesa humanidade. Eram membros ativos da Operação Condor, e desenvolviam ações conjuntas entre o DOPS e o Departamento do Serviço de Inteligência de Defensa (SID).[9] Apesar dos avanços, Uruguai ainda tem dificuldades para processar e julgar os delitos de lesa humanidade cometidos no período devido à saída da ditadura pactuada com os militares e a aprovação por plebiscito da Lei de Caducidade nº 15.848.[10] No entanto, a luta incansável de Madres e familiares de detenidos y desaparecidos no Uruguay, de Organizações Internacionais como o Serviço Paz e Justiça, de Anistia Internacional e a Corte Interamericana dos Direitos Humanos, durante os governos da coalizão de esquerda Frente Amplo, criaram condições para investigar casos de delitos não prescritíveis (McSherry, 2023).

Num dos relatos sobre torturas sofridas, Lilian Celiberti conta como a Operação se materializou nas condições vividas no corpo e na psique das vítimas:

> "na Delegacia, nua e com arames nos ouvidos e nas mãos, recebi descargas elétricas e água, as descargas e a água, pensando no filho de Sara, na filha da Emília, em Camilo e Francesca, Camilo e Francesca..." (Celiberti; Garrido, 1990, p. 13, tradução nossa)

Como mãe, refere-se à preocupação de que seus filhos desaparecessem, como tinha acontecido com os filhos de outras mulheres presas políticas junto com ela. Tanto Emília (nome real de Macarena Gelman) como Simón Riquelo (filho da militante Sara Mendes) permaneceram desaparecidos entre 1976 e 2002[11]. Macarena só teve sua identidade reconhecida em 2018, por imposição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que obrigou o governo uruguaio a reconhecer a desaparição e morte forçada de crimes não prescritíveis.[12] Graças às lutas articuladas de Familiares de Detenidos Desaparecidos de Uruguai e de Madres y Abuelas de Plaza de Mayo na Argentina, junto da ação da Comissão de Paz e Justiça do Uruguai, alguns casos continuam sendo investigados

---

[9] URUGUAI. Uruguay: paraíso para los impunes. [S. l.]: Sítios de Memoria, nov. 2023. Disponível em: https://sitiosdememoria.uy/sites/default/files/2023-11/uruguay.-paraiso-para-los-impunes.pdf. Acesso em: 12 fev. 2026.

[10] Lei aprovada pelo parlamento uruguaio em 1986 que impede a investigação e punição de crimes cometidos por militares, policiais e seus cúmplices durante a ditadura civil-militar no país (1973-1985). Submetida a plebiscito popular duas vezes, sempre foi mantida.

[11] A referência específica para a notícia de 2007 é: ASOCIACIÓN ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. El nieto de Carmen Moyano y Carlos Poblete recuperó su identidad. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo, 2007. Disponível em: https://abuelas.org.ar/prensa-y-difusion/noticias/83 Acesso em: 12 fev. 2026.

[12] NÚCLEO INTEGRADO DE DIREITOS HUMANOS. Caso Gelman vs. Uruguai: inaplicabilidade da lei da caducidade diante de graves violações de direitos humanos. [S. l.], [20--]. Disponível em: https://nidh.com.br/caso-gelman-vs-uruguai-inaplicabilidade-da-lei-da-caducidade-diante-de-graves-violacoes-de-direitos-humanos/. Acesso em: 24 jan. 2026.

até agora (McSherry, 2023).

No Brasil, até 1982 os familiares dos mortos e desaparecidos, não tinham conseguido localizar os corpos e nem os atestados de óbito reconhecendo as mortes. Em 1985, alguns dos familiares decidem fundar o grupo de militantes Tortura Nunca Mais no Rio de Janeiro (GTNM/RJ), o qual se constitui como uma "rica fonte de experiências dos sujeitos que viveram de maneira intensa a recusa ou adesão à luta de seus familiares que se dedicam à militância, num dos períodos político-ideológicos mais acirrados do país." (Araújo, 2003, p. 74). Em 1998, o GTNM/RJ consegue que se inicie o julgamento de médicos envolvidos com tortura de presos políticos nos anos 60 e 70, abrindo um precedente inédito na época e na região, segundo depoimento de Cecília Coimbra, fundadora e presidente do GTNM/RJ (Araújo, 2003).

A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos no Brasil, foi criada em 1995 e a Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 1996, ambas durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A CNV foi instalada pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff no Brasil em 2011, mas teve encerradas suas atividades em 2014. Nesse curto período de tempo, a CNV formou um grupo responsável pelas investigações, despertando na época uma sublevação silenciosa entre os militares brasileiros (Guilherme, 2021). Esta foi impudicamente vocalizada pelo ex-Deputado na época Jair M. Bolsonaro no seu discurso que apoiou o impeachment fraudulento da Presidenta Dilma:

> "Perderam em 64. Perderam agora em 2016 [...]. Contra o comunismo. Pela nossa liberdade. Contra o Foro de São Paulo. Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra[13], o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias. Pelas nossas Forças Armadas"
>
> (Bolsonaro,2016 *Apud*. Guilherme, 2021, p 46).

Às referências ao período da ditadura militar como uma guerra ganha contra o comunismo, continuam até hoje nas argumentações golpistas e antidemocráticas no Brasil. Ainda familiares de pessoas detidas e desaparecidas buscam os corpos e o reconhecimento das mortes por violência de Estado dos seus familiares. Em depoimento, Victória Grabois, uma das fundadoras do GTNM/RJ, conta as diversas incursões realizadas na região de Araguaia no Pará na procura dos corpos do seu pai, marido e irmão e outros guerrilheiros assassinados na época da ditadura. Descreve as dificuldades para dimensionar as mortes, encontrar os corpos dos desaparecidos, e para que se investiguem e reconheçam as circunstâncias dessas mortes.

> Mas o Brasil não tem quatrocentos e oitenta e quatro mortos e desaparecidos. Tem muito mais. E os indígenas? Que eles disseram que iam fazer e acontecer com os indígenas? E os quilombolas? E os que morreram em passeata, que não eram de nenhuma organização, que a gente não sabe? [...] Morreu muito mais gente. Então essa história precisa ser contada, gente. A gente não pode ficar nesse conta-gotas: descobre dois no Araguaia, tem outro que está jogado, tira vinte e quatro ossadas, gasta dez milhões de reais! (Grabois, 2015, p. 161)

[13] Torturador da Presidenta Dilma que foi convertido em símbolo do bolsonarismo.

O seu depoimento mostra as tentativas feitas desde 1980 a partir da Comissão Brasileira da Anistia (CBA) e dos Familiares de Mortos e Desaparecidos, e evidencia as dificuldades pela falta de recursos econômicos e técnicos. Também expõe as alusões do Exército à Guerrilha de Araguaia[14] e aos guerrilheiros como "guerra" e "terroristas", termos acionados até hoje:

> "Eles não falavam a palavra guerrilha [...] Eles usavam a palavra guerra. "O Exército chegou aqui e disse que eles eram terroristas, que eles iam nos matar. Mas eles eram pessoas muito boas"." (Grabois, 2015, p. 108)

Num relato sobre as mulheres guerrilheiras de Araguaia a Victória conta como alguns moradores se referem a elas, tentando "desqualificar". "Que as mulheres eram putas, que o homem tinha um monte de filho. Isso é o Exército que espalha, isso é espalhado pelo Exército" (Grabois, 2015, p. 114). Na segunda incursão a Araguaia em 1991 realizada pelos familiares com apoio da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo de Dom Evaristo Arns, Victória conta que descobriram nas escavações o corpo da guerrilheira Maria Lúcia Petit da Silva. Na entrevista ela comenta:

> Aí eles foram lá e abriram onde o cara indicou. Quando abriu saiu um esqueleto enrolado num paraquedas. Aí ninguém teve dúvida. Quando desenrolaram o paraquedas, era um esqueleto de uma mulher com o tiro aqui na testa. Ainda tinha a botinha [...] novamente. Aí começaram a dizer [quem apontou onde estava o corpo] que aquela mulher não era nenhuma guerrilheira, que aquilo era uma prostituta, que o filho do fazendeiro havia namorado ela, e o pai não queria que ele namorasse a prostituta, ele mandou mandar. Não iam enterrar uma prostituta enrolada num paraquedas. (Grabois, 2015, p. 177)

Essa imagem da guerrilheira e da puta associadas, tem sido relatada também pela Lilian Celiberti quando trata sobre a violência sexual e o estupro usado na tortura pelos militares nas prisões da repressão no Cone Sul, e a desqualificação das presas chamando-as de putas.

> "Nas prisões da ditadura, o abuso e a tortura de mulheres jovens também ocorriam num contexto de extrema vitimização e assumiam formas muito diversas, com o objetivo de degradá-las e subjugá-las. [...] Assim, o horror da tortura e do terror recai sobre a vítima numa dupla vitimização. [...] Os testemunhos das detentas relatam como foram prostituídas como forma de atacar sua autoestima e destruir sua identidade política. (Celiberti, 2015, p. 304).

---

[14] A Guerrilha de Araguaia foi a resistência armada à ditadura militar brasileira, acontecida entre 1967 e 1974, e levada a cabo por guerrilheiros militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na região rural do "Bico do Papagaio". Os guerrilheiros foram mortos e seus corpos desaparecidos por forças militares treinadas para exterminá-los. Ver em: PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

Em 1981 Victória ainda lutava por sair da clandestinidade, recuperar o seu nome e ser reconhecida pelo estado como familiar de desaparecidos. Nesse ano se filia ao partido ao qual esteve vinculada desde a infância, através a militância dos seus pais, seu irmão e seu marido. Ela ajuda a fundar a Associação de Liberdade da Mulher, altamente revolucionária na época, pelo predomínio da cultura patriarcal. Isso lhe trouxe conflitos:

> "Trouxemos todas as nossas amigas que eram do movimento feminista para dentro da Associação Liberdade Mulher...Bom. Aí já começou a degringolar. Até que nós saímos da Associação Liberdade. [...]E, quando chegou em 87, eu pedi meu desligamento. (Grabois, 2015, p. 132-133)

Sobre esse ponto, Lilian Celiberti observa que, no contexto da cultura política da esquerda dos anos 1970, inscreveu-se um silenciamento das formas específicas de violência sexual perpetradas pela repressão (Celiberti, 2015). Concepções dicotômicas entre o público/político e o privado/doméstico também predominavam neste campo político, o que levou, na interpretação da resistência à tortura, à censura de experiências associadas à incapacidade de suportá-la, frequentemente cristalizadas na figura estigmatizada da traidora (De Giorgi, 2019).

As mulheres militantes de esquerda enfrentavam a brutal repressão misógina dos militares, somada à estigmatização da cultura machista da sociedade e dos movimentos e partidos nos quais participavam. Em meio à dor da separação dos filhos e a preocupação com o destino deles, reforçavam-se os papéis de gênero. Lilian reflete sobre essa dor: "as coisas se superam, mas não se esquecem" (Celiberti; Garrido 1990, p. 22, tradução nossa). E reflete sobre os papéis atribuídos: "na realidade tinha feito nada mais do que cumprir com o destino de mulher que a sociedade me tinha imposto" (Celiberti; Garrido 1990, p. 53, tradução nossa). Eram reflexões sobre autonomia desde o calabouço, o lugar que era público e privado, alternado pelo terror das torturas e o convívio com outras presas políticas.

Enquanto Lilian faz uma reflexão sobre os horrores da prisão na ditadura e elabora as questões de gênero, a entrevista da Victória mostra a saga na procura dos familiares desaparecidos, os entraves políticos e institucionais e os avanços na organização política para isto.

No Brasil, entre 2009 e 2014 se recolheram outras ossadas, mas poucos corpos eram identificados, apesar das petições que em 2010 se enviaram para a Corte Interamericana de Direitos Humanos.[15] Em 2014 a CNV trouxe informações sobre como as instituições militares se articularam com a Operação Condor. Também expõe como operava a violência sexual e de gênero. (BRASIL, 2014) Os arquivos da ditadura tinham começado a serem abertos quando foi realizada esta entrevista, na qual a Victória mostra descrença e decepção, reforçando questões de gênero:

---

[15] Decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2010, condenou o Brasil pela desaparição de 62 pessoas em Araguaia, dentre elas, André Grabois, irmão da Victória. Obrigou o Estado brasileiro a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro. Ver em: CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil: sentença de 24 de novembro de 2010 (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas). San José, 2010. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf. Acesso em: 27 fev. 2026.

> "Não há vontade política de fazer. É acordo com os militares. Só pode ser. Agora o que é que adianta fazer, militar, se agora você está nessa. [...] Apesar de eu ter sérias divergências com o governo da Dilma, ontem eu fiquei entristecida de ver, de chegar nesse ponto. Ainda mais que ela é uma mulher. Porque eu joguei tudo. Ela é mulher. Eu como feminista, ela é uma mulher." (Grabois, 2015, p. 162)

A decepção com o campo aliado está fundamentada nas dificuldades políticas e institucionais para avançar nesta pauta. No Brasil durante o governo Dilma Rousseff a crise política tinha se acirrado depois dos protestos massivos de junho de 2013 e do questionamento do resultado que a reelege em 2014, apontando o pêndulo para a desdemocratização (Avritzer, 2018). A CNV fechou os trabalhos em 2014 sob fortes pressões dos militares (Guilherme, 2021). Na entrevista da Victória em agosto de 2015 (um ano antes do golpe à Dilma), é manifesto o desânimo e a preocupação com o papel dos militares no Brasil e o que estaria por vir:

> "Eu acho que, primeiro, a sociedade brasileira é uma sociedade extremamente conservadora. Elitista e conservadora. E os governos civis que sucederam aos governos militares, eles têm uma dívida conosco. [...] Porque os militares do passado já se foram. A maioria já morreu ou está de pijama. Mas esses que estão de pijama acho que ainda têm grande influência. Porque há coisa de dois ou três anos, dentro da AMAN [Academia Militar das Agulhas Negras], a turma que se formou se chama Garrastazu Médici. [...] Eles, parece que nós ainda estamos na guerra fria, que nós ainda vivemos na guerra fria, [...] O Brasil é o país mais atrasado da América Latina em relação à questão dos direitos humanos à época das ditaduras militares." (Grabois, 2015, p. 207).

Relaciona a violência policial cometida pela Polícia Militar e a entrada do Exército nas favelas, que cobra mortes todos os dias. Também menciona a falta de avanços na descriminalização do aborto_ atualmente questionado até em caso de estupro_, a persistência da homofobia e do racismo. Finalmente, fecha sua fala com uma frase premonitória: "Eu acho que o mundo caminha para o fascismo" (Grabois, 2015, p. 208).

Reflexões finais

Dado o grau de indeterminação e complexidade das relações no contexto internacional global, é difícil fazer previsões. Só podemos afirmar, partindo desta análise, que as crises de hegemonia dos Estados Unidos vêm se aprofundando. Estas socavam a legitimidade do sistema internacional e das hegemonias políticas de países centrais e periféricos no sistema-mundo capitalista, tanto agora como no passado. Neste contexto, acentuam-se o que, seguindo a literatura citada, aqui acordamos de chamar de autoritarismos e fascismos. Os fenômenos mórbidos que definem a crise, se manifestam na política do ódio, da polarização e da eliminação dos inimigos que carrega a proposta de uma ordem racista, patriarcal e homofóbica

Como mostramos, na América Latina e no Cone Sul, as experiências históricas e políticas baseadas em práticas e valores fascistas acontecem na articulação entre centro e periferia, entre os militares e serviços de inteligência das ditaduras locais e as políticas governamentais e agências militares de inteligência dos Estados Unidos (Wallerstein, 2003; McSherry, 1999). Assim tem sido mostrado através dos estudos citados, de acadêmicas/os que vêm se debruçando na análise dos chamados documentos unclassified da Operação Condor, disponibilizados parcialmente pelo Departamento de Estado no final dos anos 90.

GGrupos da sociedade civil como Cotidiano Mujer, Tortura Nunca Mais, Madres e Abuelas de Plaza de Mayo, Familiares de Detenidos Desaparecidos, alguns deles articulados com a Federação Latino-americana de Associações de Familiares de Detidos-Desaparecidos (FEDEFAM), estabelecem redes para dentro e fora do Cone Sul, continuando as lutas por memória, verdade e justiça..

Protagonistas históricas como Lilian Celiberti e Victória Grabois no Uruguai e Brasil, e tantas outras na região, atuam incansavelmente junto dessas e outras organizações, com os movimentos e redes de mulheres latino-americanas, estabelecendo elos com as novas lutas e antigos e novos feminismos, negros, periféricos, populares, ambientalistas. Estas cobram dos governos e promovem ações em âmbito nacional e internacional, capazes de dar resultados na implementação de políticas públicas em direitos humanos. Ainda exibem de forma crítica a discriminação de gênero, na sanha dos aparelhos de inteligência e repressivos do estado e paraestatais e das representações fascistas contemporâneas. Também questionam os mandatos internos, na reprodução social dos papeis de gênero que se alastram para o campo da resistência política..

Análises de memória como as de Elizabeth Jelin na Argentina, os relatos publicados no livro de Celiberti e Garrido no Uruguai, o relato da Victória Grabois no Brasil, constituem materiais valiosos no resgate do vivido numa perspectiva crítica e de gênero desde o Sul. Confirmam, que em momentos de crise hegemónica, as políticas intervencionistas e os valores fascistas se agudizam, cobrando vidas e dores nos corpos feminizados. Porém, os relatos analisados trazem elementos inovadores sobre a resistência política das mulheres frente aos aparelhos de repressão da Operação Condor e na atualidade. Expõem a potencialidade que estas lutas têm para enfrentar as violências das políticas antidemocráticas e fascistas na região.

Concordamos com Mouffe em que "a política feminista deve ser entendida [...] como a busca de objetivos e aspirações feministas dentro do contexto de uma articulação mais ampla de demandas" (Mouffe, 1999, p.125, tradução nossa). Essa política está inserida no campo maior das lutas pelo avanço das democracias, capazes de realizar a justiça social e distributiva, reconhecimento da diversidade e combate às discriminações. Mas é necessário compreender que na história esses avanços nunca têm sido lineares e são interrompidos por tentativas reacionárias e retrocessos articulados ao centro de poder hegemônico. Também têm custado inúmeras mortes, violências, desaparições, perseguições, perdas, e muitas dores.

Invertendo a conclusão do Marx (2011), afirmamos que a história pode se repetir, não necessariamente como farsa senão como tragédia. Mas as forças sociais em aliança

responsáveis pela luta e resistência em diversos momentos históricos, devem ser uma fonte de inspiração e sabedoria para criar um novo projeto de democracia "radical e plural" que "não precisa de um modelo de cidadania diferenciado por sexo [...], mas sim de uma concepção verdadeiramente diferente do que significa ser cidadão e de como agir como membro de uma comunidade política democrática" (Mouffe, p.119, tradução nossa).

Referências

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**/ Theodor W. Adorno; Organizado por Virgínia Helena Ferreira da Costa; São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ARAÚJO, Nádia Souza de. Grupo Tortura Nunca Mais/RJ: trajetória e contribuições para os direitos humanos na contemporaneidade. Em: **Violência Estatal e Experimentos de Resistência na Vida Social Brasileira**. Orgs. Suely Souza de Almeida, Maria Lídia Souza da Silveira e Victória Lavínia Grabois Olímpio. Rio de Janeiro, FAPERJ, 2003, 84p.

ARRUZZA, Cinzia, BHATTACHARYA, Thiti, FRASER, Nancy. **Manifiesto de un feminismo para el 99%**. Barcelona: Herder, 2019.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil. São Paulo: **NOVOS ESTUDOS CEBRAP** 111, mai.–ago. 2018 pp. 273-289. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/c3T5mk68ngn7PQ5chVkbhrS/?format=pdf>

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil. **Brasília**: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). Disiponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf Acesso em: 10 fev. 2026.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CELIBERTI, Lilián. Feministas ecologistas, ecofeministas: aprendizajes desde la práctica. Em: In: Celiberti, Lilián (coord). **Las bases materiales que sostienen la vida. Perspectivas Ecofeministas**. Montevideo: Cotidiano Mujer e Colectivo Ecofeminista Dafnias, 2019. p. 9-34.

_____, Lilián; GARRIDO, Lucy. **Mi habitación, mi celda**, Editorial Montevideo. 1990.

_____, Lilián. Desatar, desnudar... reanudar. **Estudos de Sociologia**, Araraquara v.20 n.39 p.291-308 jul.-dez. 2015

De GIORGI, Ana Laura. Mi habitación, mi celda. Experiencias y lecturas propias desde el Feminismo en el Cono Sur en los 80. **Revista de la Red de Intercátedras de Historia de América Latina Contemporánea**. Año 6, Nº 11. Córdoba, Diciembre 2019- Mayo 2020.

FEDERICI, Silvia. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 28(2): e70010 DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n270010

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. 1. ed. São Paulo, Autonomia Literária. 2020, 70p.
_____, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalism. A Conversation in Critical Theory**. USA, Polity Press,Cambridge, 2018.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere: Maquiavel, a política e o Estado moderno. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 3.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afrolatinoamericano. Ensaios, intervenções e diálogos**. Orgs. Rios, Flávia; Lima, Márcia. Editora: Rio de Janeiro, Zahar, 2021.

GRABOIS, Victória Lavínia. Victória Lavínia Grabois (depoimento, 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (8h 49min). Em: Angela Moreira Domingues da Silva; Dulce Chaves Pandolfi, FGV/CPDOC, Rio de Janeiro, 2020.

GUILHERME, Cassio Augusto. A comissão nacional da verdade e as crises com os militares no governo Dilma Rousseff (2011). Revista História em Reflexão, Vol. 15, N. 29 | jan. a jun. de 2021
JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.17, n.32, p.107-121, 2012

McSHERRY, J. Patrice (2023). The NGO Coalition Against Impunity: A Forgotten Chapter in the Struggle Against Impunity. International Journal of Human Rights Education, 7(1). Retrieved from https://repository.usfca.edu/ijhre/vol7/iss1/5

_____, J. Patrice. Operation Condor: Clandestine Inter-American System Social Justice, Winter 1999, Vol. 26, No. 4 (78), Shadows of State Terrorism: Impunity In Latin America (Winter 1999), pp. 144-174

MOUFFE, Chantal. **En torno a lo político** – 1ª ed. - Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007. 144 pp. (Obras de sociología)

_____, Chantal. **El retorno de lo político. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical**. Ediciones Paidós, 1999, Barcelona, España. 209pp.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Edición: Madrid. Traficantes de Sueños, Madrid, 2016. 200p.

_____, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial, e-cadernos CES [Online], 18 | 2012, Disponível em: http://journals.openedition.org/eces/1533 Acesso em: 24 jan. 2026.

SILVA, Jamile Maria de Fátima. O movimento "#EleNão" e seu apagamento discursivo sob a contranarrativa do "#EleSim". Revista do GELNE, v. 23, número 1, 2021. DOI 10.21680/1517-7874.2021v23n1ID21275

SOLANO, Esther. Crise da Democracia e extremismos de direita. ANÁLISE Nº 42/2018. Friedrich Ebert-Stiftung (FES), São Paulo, Brasil, 2018.

STANLEY, Jason. ***Como funciona o fascismo. A política do "nós" e "eles"***. Editora L&PM, Porto Alegre, 2018.

STANLEY, Ruth. Reviewed State Repression in Latin America, FALL, 2006, Vol. 23, No. 2, THIRD WORLD PROBLEMS AND ISSUES: 21st CENTURY PERSPECTIVES (FALL, 2006), pp. 269-272
TEIXEIRA da SILVA, Francisco Carlos. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). O Século XX: **O Tempo das Crises: revoluções, fascismos e guerras**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2, p. 110-164.

TEIXEIRA da SILVA, Francisco Carlos, & AZEVEDO CAZETTA, Felipe. (2024). Apresentação - Dossiê - Formas Autoritárias de ontem e hoje. Caminhos Da História, 29(1), 3–7. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/7337. Acesso em: 15 fev. 2026.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Decline of American Power. The U.S. in a Chaotic World.** New York: The New Press, 2003, USA, 311p.

_____, Immanuel. Capitalismo histórico e civilização capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, 144p.

Como citar:

RIVERO, Patricia S.; GRABOIS, Victoria L. Resistência política das mulheres latino-americanas: da Operação Condor ao declínio hegemônico. Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v.7, n. 7.1, p. 26-43, 2026. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy